FioPrev

O SEU BENEFÍCIO MAIOR

Relatório de Atividades 2013

Mensagem da Diretoria

Caro Participante,

Você tem em mãos o Relatório Anual de Atividades do FioPrev de 2013. Nele, são apresentadas as informações detalhadas sobre as receitas e despesas com o pagamento de benefícios dos planos BD-CLT e BD-RJU, as aplicações financeiras e a administração do fundo de pensão.

"É com alívio que o investidor se despede de 2013. Este não foi um ano fácil para o brasileiro. Não bastasse a decepção com o desempenho frustrante da bolsa, que esteve longe de acompanhar a melhora de humor internacional, o aplicador ainda teve que lidar com a volatilidade da renda fixa."

O trecho acima foi retirado de uma reportagem publicada pelo Valor Econômico em 30 de dezembro de 2013. De fato, o ano foi marcado por quedas de rentabilidade, não só na renda variável (ações em bolsa), como na renda fixa (títulos da dívida pública e crédito privado). E isso teve um forte impacto nos resultados na maioria dos fundos de pensão, como registra o mesmo jornal, em 13 de fevereiro deste ano:

"A Abrapp estima que os fundos de pensão tiveram uma rentabilidade média negativa de 1,26% no ano passado, ante uma meta de rentabilidade de 11,57% para o período, equivalente a INPC mais 5,75% no ano. (...) A maior parte dos títulos públicos na carteira dos fundos de pensão tem 'duration' superior a 10 anos e, por isso, sofrem mais com a alta volatilidade que tem sido observada nos mercados desde meados do ano passado."

Nesse cenário, o FioPrev apresentou resultado geral negativo de 2,01%. Diferentemente do ano de 2012, quando superou a meta atuarial em 1%, com rentabilidade de 12,51%, apesar da conjuntura econômica adversa em todo o mundo. Ainda assim, a situação do Plano BD-CLT continua sendo de superávit, enquanto o Plano BD-RJU registra um déficit técnico, cuja solução virá com a conclusão do Processo de Retirada de Patrocínio, conforme deliberação da Fiocruz em dezembro de 2012.

Com relação às despesas administrativas, o relatório apresenta um aumento de 10,97% no ano. Essa variação, contudo, não reflete o resultado real da operação, porque o resultado de 2013 foi impactado por registros contábeis ajustados ao longo do exercício, por determinação do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo. Esses ajustes resultaram em R$ 360 mil de receitas administrativas, o que leva a variação percentual, na verdade, para bem próximo de zero.

Diretoria Executiva

EXPEDIENTE | Relatório de Atividades 2013 do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev

Patrocinadoras – Fundação Oswaldo Cruz e Fioprev Conselho Deliberativo – Maria Amália do Nascimento Monteiro (Presidente), Celso Cravo, Delson da Silva, Jorge Tadeu Arruda, Lúcia Helena da Silva, Luiz Alberto Pereira, Sônia Aparecida Freitas de Pinho, Sueli Maria Motta Cardoso e Vanessa Costa e Silva Conselho Fiscal – Genésio Vicentin (Presidente), Alcimar Pereira Batista, Cláudio Damasceno Raposo, Valéria Alencar Linhares Simões e Vânia Conceição Dornellas Buchmuller Diretoria Executiva – Carlos Magno Ramos, Jacques Mendes Meyohas Coordenação editorial e gráfica – Ana Costa - Cellera Comunicações (cellera@cellera.com.br) Projeto gráfico e diagramação – Miriã Andrade (miriandrade@gmail.com)

PARTICIPANTES

O FioPrev administra dois planos de previdência registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios(CNPB) da PREVIC: BD-RJU e BD-FioPrev. O BD-RJU, CNPB 1991000138, atende os servidores da Fiocruz contratados sob o Regime Jurídico Único. Já o BD-Fio-Prev (também conhecido como Plano CLT), CNPB 1985000318, contempla os servidores da Fiocruz que não puderam ingressar no RJU (maioria estrangeiros), os empregados do Instituto e os empregados da Caixa de Assistência transferidos do FioPrev no momento da cisão.

BENEFICIOS

Benefícios garantidos aos participantes do plano BD-RJU

Complementação de aposentadoria proporcional por invalidez
Para o participante considerado incapacitado para o trabalho que venha a se aposentar de forma proporcionalmente pelo RJU.

Complementação de pensão por morte
O benefício dos participantes que recebem complementação de aposentadoria é revertido em pensão em caso de morte do titular. Não há complementação de pensão quando o servidor falece em atividade.

Pecúlio por morte
É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo participante um pagamento único total igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante. Sobre o qual incidiu a contribuição FioPrev correspondente ao mês anterior ao falecimento.

Complementação de abono anual
Este benefício é devido a todo o participante que recebe complementação do FioPrev. Equivale ao 13º pago aos trabalhadores.

Atenção: Desde a publicação do Ofício 509, em março de 2007, expedido pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência (atual PREVIC), o FioPrev está proibido de conceder novos benefícios de complementação de aposentadoria não decorrente de invalidez e a reversão desse benefício em pensão.

Benefícios garantidos aos participantes do BD-FioPrev

Complementação de aposentadoria por invalidez
Para trabalhadores aposentados pelo INSS por incapacidade de trabalho, como conseqüência do auxílio-doença ou de acidente incapacitante de qualquer natureza.

Complementação de aposentadoria por idade
Somente para participantes que se aposentam por idade pelo INSS. Exige 10 anos de vinculação à Patrocinadora e dois anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria por tempo de serviço
Destinado aos que se aposentam por tempo de serviço pelo INSS. O participante deve ter no mínimo 58 anos de idade, 35 anos de serviço, 10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de aposentadoria especial
Destinada aos que se aposentam pelo INSS por exercerem atividade insalubre, perigosa ou periculosa, de acordo com a legislação previdenciária. É necessário ter 55 anos de idade,10 anos de vinculação à Patrocinadora e 2 anos de contribuição ao FioPrev.

Complementação de pensão por morte
Benefício destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS. O participante falecido precisa ter completado pelo menos 1 ano de vinculação à Patrocinadora. O pagamento da pensão equivale a 50% da complementação recebida mais 10% por cada dependente, chegando, no máximo, a 100%.

Pecúlio por morte
É o benefício que garante aos beneficiários designados pelo participante o pagamento único total de uma importância em dinheiro igual a 10 vezes o salário real de benefício do participante relativo ao mês precedente ao do falecimento. O salário real de benefício corresponde à média dos 12 últimos salários de participação, que equivale à complementação do assistido ou à soma das parcelas da remuneração do participante, sobre a qual incidiu a complementação FioPrev.

Complementação de auxílio-doença
Voltado aos participantes que estiverem recebendo o benefício de auxílio doença pelo INSS. Não há carência.

Complementação de auxílio-reclusão
Destinado aos dependentes reconhecidos pelo INSS e válido somente pelo período enquanto durar a reclusão. Não há carência. O cálculo feito é 50% da complementação da aposentadoria por invalidez que o participante teria direito somado a 10% por cada dependente não podendo ultrapassar os 100%.

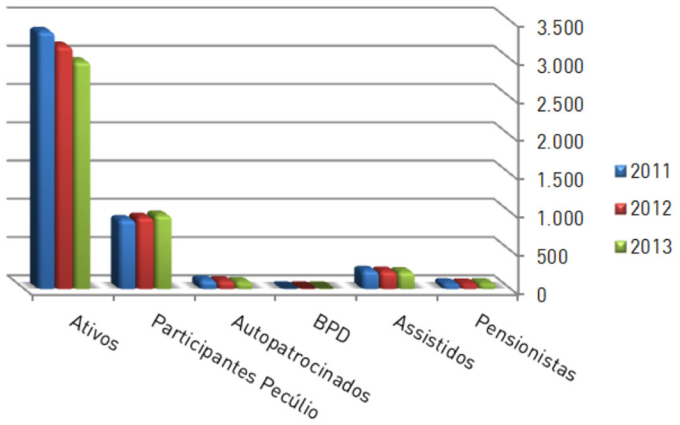
Complementação de abono anual
Este benefício é devido a todo participante que receba complementação do FioPrev. Equivale ao 13° salário pago aos trabalhadores.

PARTICIPANTES E DADOS

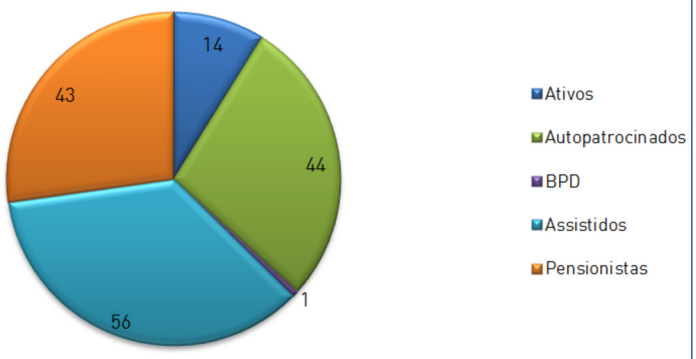
Tabelas e Gráficos

	2011			2012			2013		
	BD-FioPrev	BD-RJU	**TOTAL**	BD-FioPrev	BD-RJU	**TOTAL**	BD-FioPrev	BD-RJU	**TOTAL**
Ativos	16	3.338	**3.354**	14	3.149	**3.163**	14	2.947	**2.961**
Participantes Pecúlio	-	896	**896**	-	926	**926**	-	955	**955**
Autopatrocinados	55	54	**109**	51	45	**96**	44	39	**83**
BPD	1	-	**1**	1	-	**1**	1	-	**1**
Assistidos	59	173	**232**	57	167	**224**	56	160	**216**
Persionistas	45	16	**61**	44	16	**60**	43	22	**65**
Total	**176**	**4.477**	**4.653**	**167**	**4.303**	**4.470**	**158**	**4.123**	**4.281**

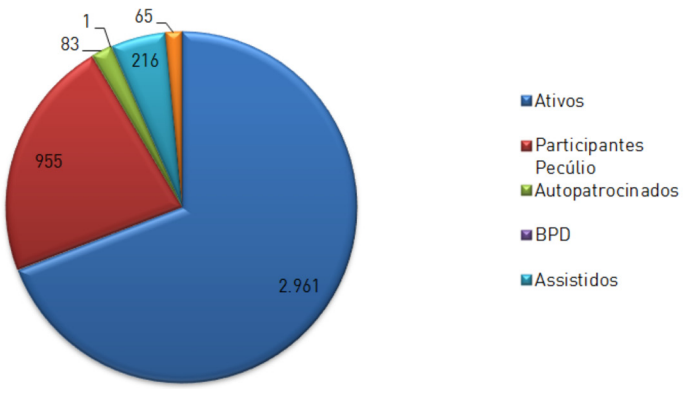
Participantes 2011,2012 e 2013



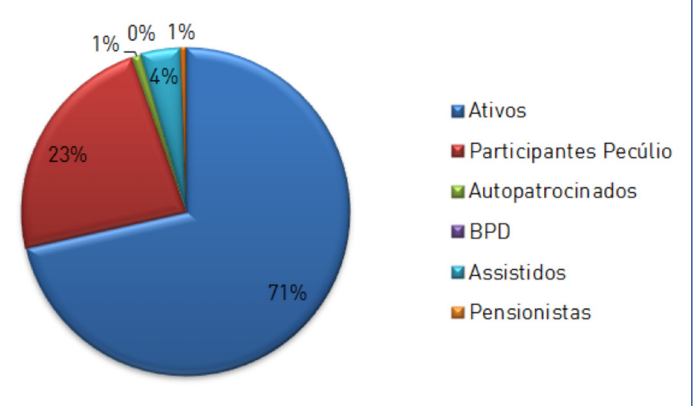
Participantes BD-RJU 2013



Total de Participantes 2013

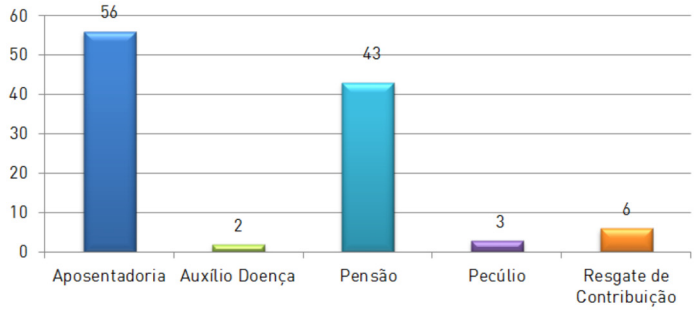


Participantes BD-FioPrev 2013

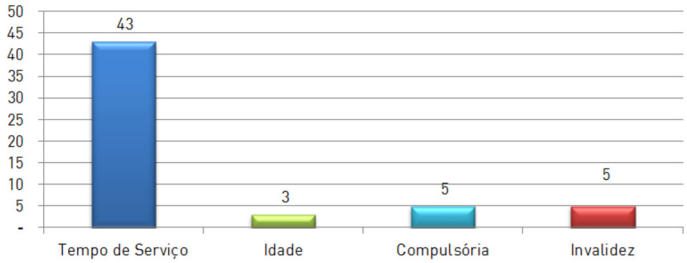


Benefícios pagos em 2013						
	CLT		RJU		TOTAL	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Aposentadoria	**56**	**67.349,63**	**165**	**181.551,79**	**221**	**248.901,42**
Tempo de Serviço	43	38.974,01	21	15.119,80	64	54.093,81
Idade	3	14.137,15	-	-	3	14.137,15
Compulsória	5	3.757,67	14	8.510,96	19	12.268,63
Especial	-	-	-	-	-	-
Invalidez	5	10.480,80	130	157.921,03	135	168.401,83
Auxílio Doença	**2**	**10.256,21**	**-**	**-**	**2**	**10.256,21**
Pensão	**43**	**33.021,99**	**22**	**13.042,76**	**65**	**46.064,75**
Pecúlio	**3**	**19.308,79**	**38**	**2.219.473,22**	**41**	**2.238.782,01**
Ativos	-	-	6	546.792,20	6	546.792,20
Participantes Pecúlio	-	-	23	1.257.439,47	23	1.257.439,47
Assistidos	3	19.308,79	9	415.241,55	12	434.550,34
Total	**104**	**129.936,62**	**225**	**2.414.067,77**	**329**	**2.544.004,39**
Resgate de Contribuição	**6**	**18.414,22**	**-**	**-**	**6**	**18.414,22**

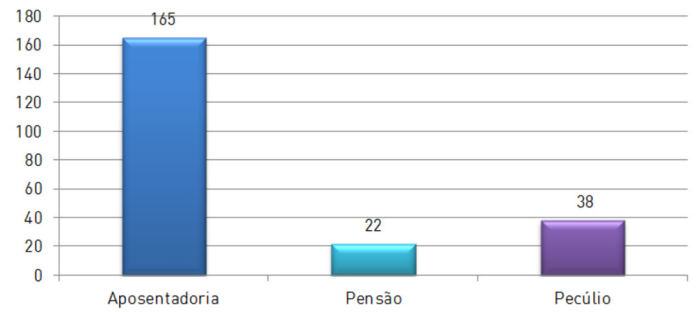
Benefícios Plano BD-FIOPREV



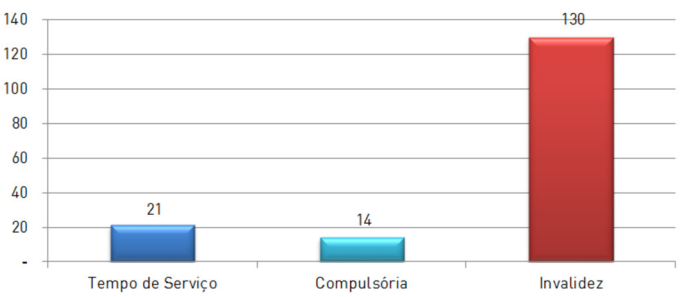
Aposentadoria Plano BD-FIOPREV



Benefícios Plano BD-RJU



Aposentadoria Plano BD-RJU



INVESTIMENTOS

Performance dos investimentos

Rentabilidade por Segmento

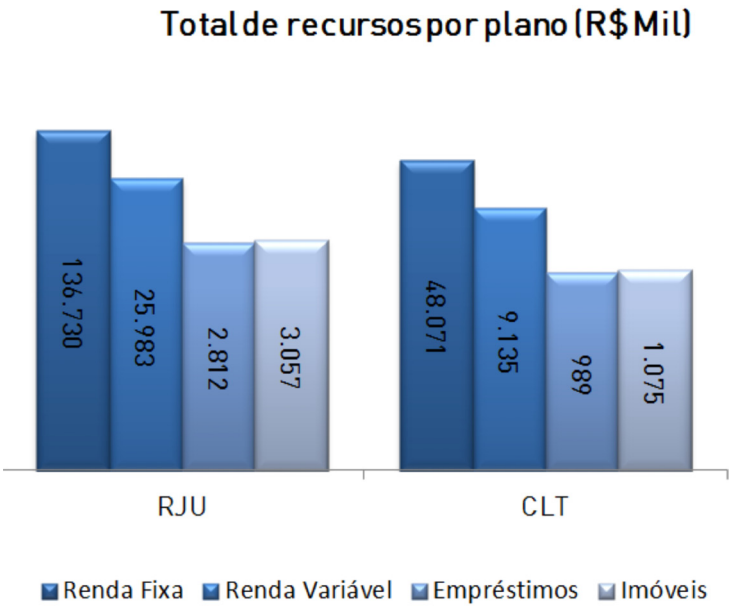
Segmento	Rentabilidade %																
	Jan	Fev	Mar	1° Tri	Abr	Mai	Jun	2° Tri	Jul	Ago	Set	3° Tri	Out	Nov	Dez	4° Tri	2013
Renda Fixa	0,14	-0,78	-0,76	-1,40	-1,36	-0,50	-0,50	-2,34	0,45	-0,24	0,80	1,01	0,91	-0,73	1,54	1,71	-1,08
Renda Variável	-6,24	-3,65	-0,90	-10,48	5,20	-2,75	-4,85	-2,66	-2,20	5,95	4,08	7,85	2,12	-3,39	-2,50	-3,81	-9,60
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	0,15	-2,27	-0,74	-2,85	-0,27	0,06	-0,52	-0,73	0,57	-2,55	0,10	-1,90	-5,38
Imóveis	0,96	0,96	0,96	2,91	0,96	0,97	0,98	2,94	0,98	0,98	0,98	2,96	0,98	0,98	0,98	2,98	12,32
Operações c/ Participantes	-0,07	3,16	-1,13	1,92	0,63	0,11	0,63	1,38	-0,58	-1,66	0,19	-2,04	2,63	-3,90	-1,73	-3,08	-1,90
Empréstimos RJU	-0,10	3,20	-1,48	1,57	0,64	0,10	0,64	1,38	-0,70	-1,72	0,09	-2,32	2,51	-4,07	-1,82	-3,46	-2,89
Empréstimos CLT	0,62	2,04	9,25	12,16	0,62	0,38	0,32	1,32	3,28	0,13	3,43	6,95	6,50	1,28	1,05	9,00	32,49
Consolidado	**-0,48**	**-0,95**	**-0,75**	**-2,16**	**-0,68**	**-0,70**	**-0,86**	**-2,23**	**0,17**	**0,42**	**1,14**	**1,74**	**1,09**	**-1,21**	**0,82**	**0,69**	**-2,01**

Índices de mercado

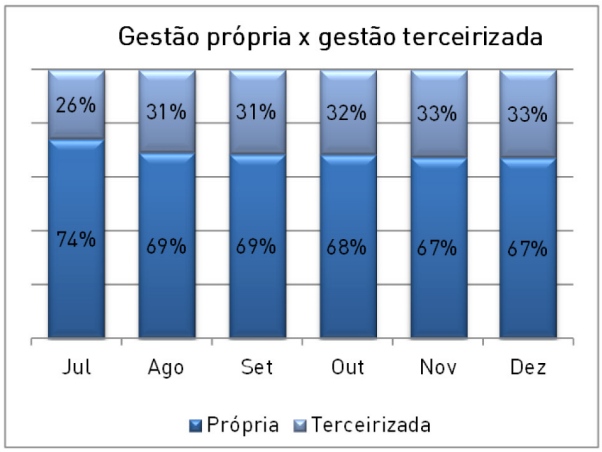
Índice %	Jan	Fev	Mar	1° Tri	Abr	Mai	Jun	2° Tri	Jul	Ago	Set	3° Tri	Out	Nov	Dez	4° Tri	2013
TMA[1]	1,33	0,93	1,01	3,31	1,00	0,76	0,69	2,47	0,28	0,57	0,68	1,53	1,02	0,95	1,13	3,13	10,84
INPC	0,92	0,52	0,60	2,05	0,59	0,35	0,28	1,22	-0,13	0,16	0,27	0,30	0,61	0,54	0,72	1,88	5,56
IPCA	0,86	0,60	0,47	1,94	0,55	0,37	0,26	1,18	0,03	0,24	0,35	0,62	0,57	0,54	0,92	2,04	5,91
IGP-M	0,34	0,29	0,21	0,84	0,15	0,00	0,75	0,90	0,26	0,15	1,50	1,91	0,86	0,29	0,60	1,75	5,51
SELIC	0,60	0,52	0,55	1,68	0,61	0,60	0,61	1,83	0,72	0,71	0,71	2,16	0,81	0,76	0,79	2,37	8,29
CDI	0,59	0,48	0,54	1,61	0,60	0,58	0,59	1,79	0,71	0,70	0,70	2,12	0,80	0,71	0,78	2,31	8,06
IBOV FECHAMENTO	-1,95	-3,91	-1,87	-7,55	-0,78	-4,30	-11,31	-15,78	1,64	3,68	4,65	10,29	3,66	-3,27	-1,86	-1,59	-15,50
IMA GERAL	0,37	-0,29	-0,57	-0,49	1,23	-1,90	-1,52	-2,20	1,18	-1,26	1,06	0,96	0,78	-1,41	0,98	0,33	-1,41

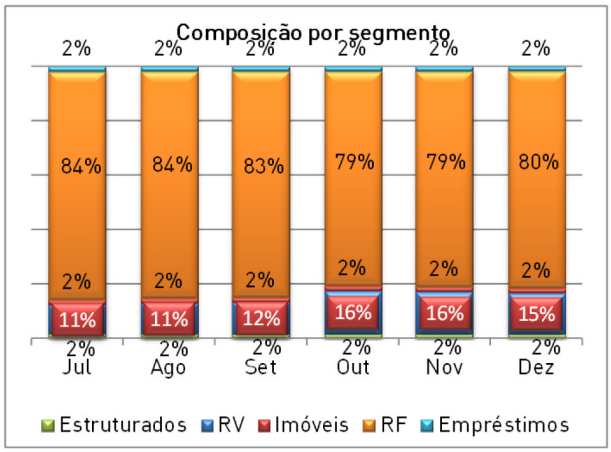
1 A taxa de juros adotada nas avaliações e projeções atuariais do plano BD - CLT e BD - RJU é de 5% e o indexador é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE.

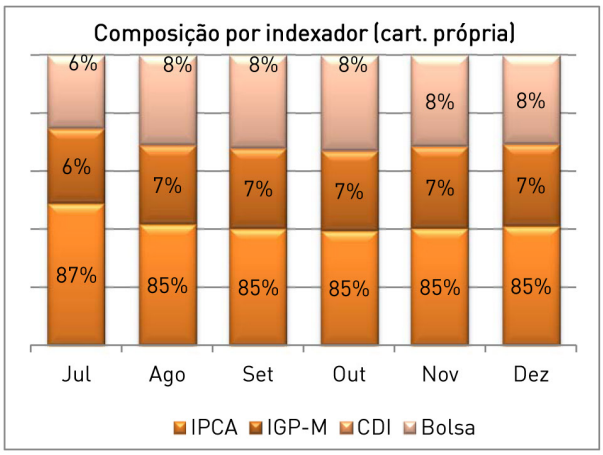
Relatório Gerencial de Investimento

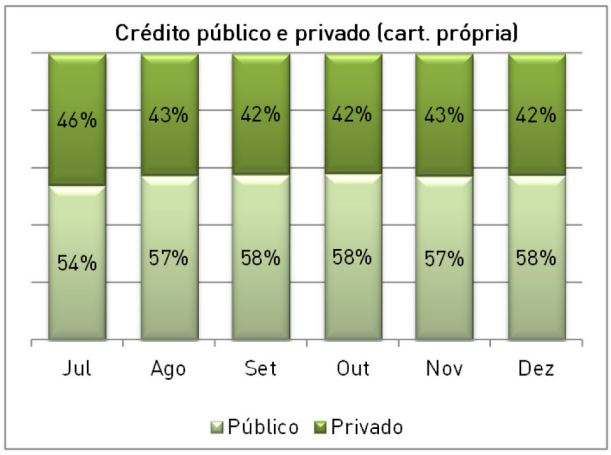


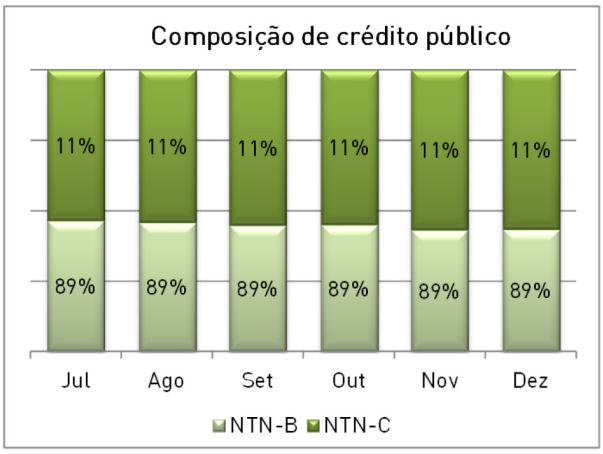
Relatório Gerencial de Investimento

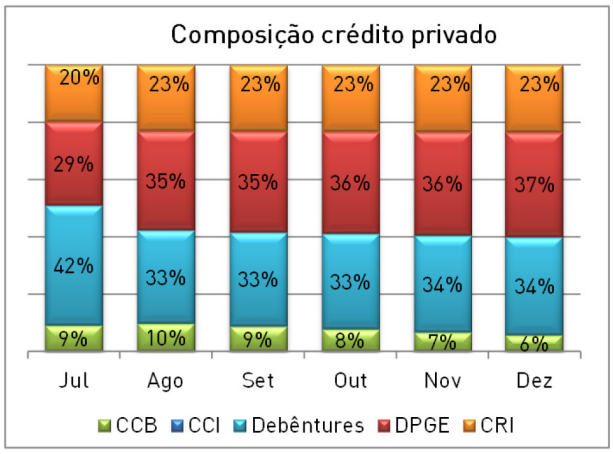


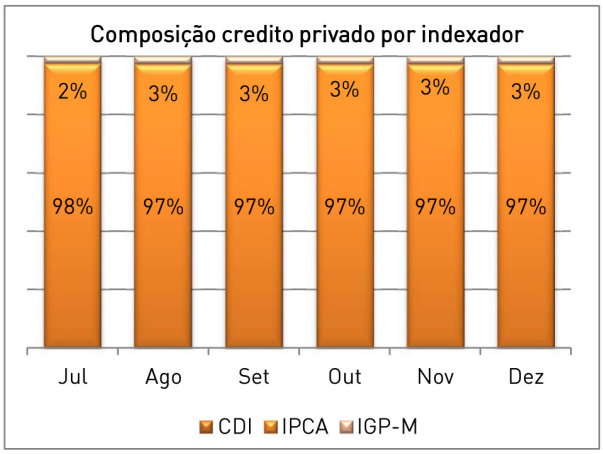


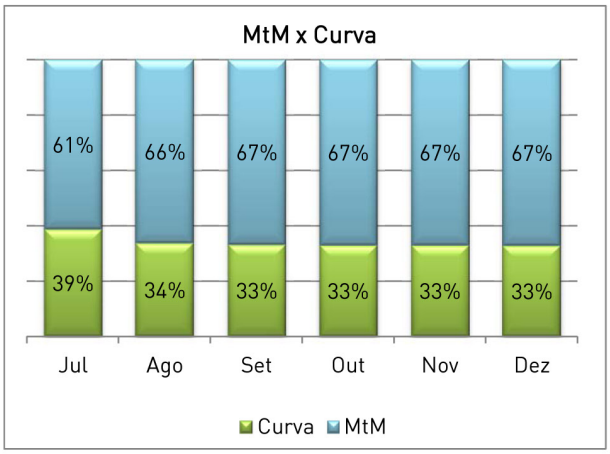












POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Plano de Benefícios: 1991000138 - PLANO BD-RJU **Exercício: 2013**

Taxa Mínima Atuarial/Índice de Referência
Período: jan a dez/2013
Indexador: INPC
Taxa de Juros: 5% aa

Documentação/Responsáveis
Ata do CD de aprovação: Reunião Ordinária nº 02/2012
Data da Aprovação: 21/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Período: jan a dez/2013
Segmento:PLANO
Nome: JACQUES MENDES MEYOHAS
CPF: 893.164.107-97
Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Controle de Risco		
Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim **Dispõe de Manual: Sim**

Possui modelo proprietário de risco: Sim Dispõe de Manual: Sim **Dispõe de Manual: Sim**

Realiza Estudos de ALM: Não

Perfis de Investimento? Não

Alocação de Recursos

Período de Referência: jan a dez/2013

Segmento	Máximo %	Mínimo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00	100,00	0,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	0,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	0,00

Observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

Alocação por Emissor	Máximo %	Mínimo %	Alvo %
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	

TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL			x
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Concentração por Emissor	**Máximo %**	**Mínimo %**	**Alvo %**
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVEST CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVEST ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVEST CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVEST NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REG FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Concentração por Investimento	**Máximo %**	**Mínimo %**	**Alvo %**
% DE UMA SÉRIE DE TÍT OU VAL MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREEND IMOBILIÁRIO			x

Observação
Em relação a gestão terceirizada, ressaltamos que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição gestora.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Plano de Benefícios: 1985000318 - PLANO BD-FIOPREV **Exercício: 2013**

Taxa Mínima Atuarial/Índice de Referência
Período: jan a dez/2013
Indexador: INPC
Taxa de Juros: 5% aa

Documentação/Responsáveis
Ata do CD de aprovação: Reunião Ordinária nº 02/2012
Data da Aprovação: 21/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Período: jan a dez/2013
Segmento:PLANO
Nome: JACQUES MENDES MEYOHAS
CPF: 893.164.107-97
Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Controle de Risco		
Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim **Dispõe de Manual: Sim**

Possui modelo proprietário de risco: Sim Dispõe de Manual: Sim **Dispõe de Manual: Sim**

Realiza Estudos de ALM: Não

Perfis de Investimento? Não

Alocação de Recursos

Período de Referência: jan a dez/2013

Segmento	Máximo %	Mínimo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00	100,00	0,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	0,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	0,00

Observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

Alocação por Emissor	Máximo %	Mínimo %	Alvo %
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL			x

COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Concentração por Emissor	**Máximo %**	**Mínimo %**	**Alvo %**
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVEST CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVEST ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVEST CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVEST NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REG FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Concentração por Investimento	**Máximo %**	**Mínimo %**	**Alvo %**
% DE UMA SÉRIE DE TÍT OU VAL MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREEND IMOBILIÁRIO			x

Observação
Em relação a gestão terceirizada, ressaltamos que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição gestora.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) **Exercício: 2013**

Taxa Mínima Atuarial/Índice de Referência
Período: jan a dez/2013
Indexador:DI-CETIP
Taxa de Juros:0% aa

Documentação/Responsáveis
Ata do CD de aprovação: Reunião Ordinária nº 02/2012
Data da Aprovação: 21/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Período: jan a dez/2013
Segmento:PLANO
Nome: JACQUES MENDES MEYOHAS
CPF: 893.164.107-97
Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Controle de Risco		
Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim **Dispõe de Manual: Sim**

Possui modelo proprietário de risco: Sim Dispõe de Manual: Sim **Dispõe de Manual: Sim**

Realiza Estudos de ALM: Não

Perfis de Investimento? Não

Alocação de Recursos

Período de Referência: jan a dez/2013

Segmento	Máximo %	Mínimo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00	100,00	0,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	0,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	0,00

Observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

Alocação por Emissor	Máximo %	Mínimo %	Alvo %
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL			x

COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Concentração por Emissor	**Máximo %**	**Mínimo %**	**Alvo %**
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVEST CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVEST ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVEST CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVEST NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REG FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Concentração por Investimento	**Máximo %**	**Mínimo %**	**Alvo %**
% DE UMA SÉRIE DE TÍT OU VAL MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREEND IMOBILIÁRIO			x

Observação
Em relação a gestão terceirizada, ressaltamos que o cenário macroeconômico e setorial é de responsabilidade da instituição gestora.

DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTO

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos	Mês de Referência: 12/2013
Entidade: 477-FIOPREV	
Plano de Benefícios: 1991000138-PLANO BD - RJU	
Data de Geração: 14/02/2014 14:50:59	

Consolidação Contábil	**Valor em R$**
Total Demonstrativo de Investimentos:	173.483.034,57
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	173.483.034,58
Diferença:	0,01
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	**116.798.728,34**
Depósitos:	173.951,25
Títulos Públicos:	58.600.158,99
Títulos Privados:	52.306.588,73
Ações:	7.878.217,70
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	3.610.398,68
Carteira Imobiliária:	2.957.746,97
Valores a Pagar/Receber:	-8.728.333,99
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	**56.684.306,22**
10.979.096/0001-35	22.459.070,11
11.675.457/0001-12	111.913,53
13.950.156/0001-85	17.796.375,43
08.708.019/0001-07	3.671.972,91
11.989.256/0001-90	11.710,33
13.990.000/0001-28	1.193.537,73
05.396.687/0001-40	8.695.491,66
13.842.683/0001-76	2.744.234,47

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos	Mês de Referência: 12/2013
Entidade: 477-FIOPREV	
Plano de Benefícios: 1985000318-PLANO BD - FIOPREV	
Data de Geração: 14/02/2014 14:50:26	

Consolidação Contábil	**Valor em R$**
Total Demonstrativo de Investimentos:	58.768.032,32
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	58.768.032,31
Diferença:	0,01
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	**39.449.683,90**
Depósitos:	59.227,35
Títulos Públicos:	19.971.282,42
Títulos Privados:	17.826.396,29
Ações:	3.360.480,82
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	123.294,30
Carteira Imobiliária:	1.138.349,04
Valores a Pagar/Receber:	-3.029.346,33
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	**19.318.348,41**
10.979.096/0001-35	7.654.184,56
11.675.457/0001-12	38.140,79
13.950.156/0001-85	6.065.110,50
08.708.019/0001-07	1.251.430,19
11.989.256/0001-90	3.990,95
13.990.000/0001-28	406.764,75
05.396.687/0001-40	2.963.475,23
13.842.683/0001-76	935.251,41

Observações:

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível

+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos

- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos

- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos	Mês de Referência: 12/2013
Entidade: 477-FIOPREV	
Plano de Gestão Administrativa	
Data de Geração: 14/02/2014 14:50:26	

Consolidação Contábil	**Valor em R$**
Total Demonstrativo de Investimentos:	6.496.289,70
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	6.496.289,71
Diferença:	0,01
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	**4.324.765,71**
Depósitos:	0,00
Títulos Públicos:	2.244.918,55
Títulos Privados:	2.003.817,62
Ações:	304.293,94
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	1.138.349,04
Valores a Pagar/Receber:	-3.029.346,33
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	**2.171.523,98**
10.979.096/0001-35	860.386,45
11.675.457/0001-12	4.287,30
13.950.156/0001-85	681.762,88
08.708.019/0001-07	140.669,92
11.989.256/0001-90	448,61
13.990.000/0001-28	45.723,34
05.396.687/0001-40	333.116,34
13.842.683/0001-76	105.129,11

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível

+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos

- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos

- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

R$ mil

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	**233**	**312**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**	**1.012**	**3.295**
			Gestão Previdencial	768	1.760
REALIZÁVEL	**242.764**	**249.428**	Gestão Administrativa	240	1.528
Gestão Previdencial	1.257	2.919	Investimentos	4	7
Gestão Administrativa	2.989	4.993			
Investimentos	238.518	241.516			
Títulos Públicos	80.816	88.881	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	2.824	4.299
Créditos Privados e Depósitos	59.716	71.301	Gestão Administrativa	2.824	4.299
Ações	11.635	5.189			
Fundos de Investimentos	78.174	67.695	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**239.316**	**242.362**
Investimentos Imobiliários	4.257	4.356	**Patrimônio de Cobertura do Plano**	133.883	129.062
Empréstimos	3.920	4.094	**Provisões Matemáticas**	189.226	168.392
			Benefícios Concedidos	48.333	64.916
PERMANENTE	**155**	**216**	Benefícios a Conceder	140.893	103.476
Imobilizado	83	121	**Equilíbrio Técnico**	-55.343	(39.330)
Intangível	72	95	**Resultados Realizados**	-55.343	(39.330)
			Superávit Técnico Acumulado	-55.343	(39.330)
			Déficit Técnico Acumulado		
			Fundos	**105.433**	**113.300**
			Fundos Previdenciais	97.184	105.323
			Fundos Administrativos	6.576	6.322
			Fundos de Investimentos	1.673	1.655
TOTAL DO ATIVO	**243.152**	**249.956**	**TOTAL DO PASSIVO**	**243.152**	**249.956**

Ativo: valor (patrimônio) de que a entidade dispõe para pagar os compromissos de todos os planos de Aposentadoria
Passivo: obrigações que o fundo de pensão tem com o pagamento de benefícios e terceiros

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

R$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**242.362**	**216.367**	**12,01**
	1. Adições	**9.102**	**34.534**	**(73,64)**
(+)	Contribuições Previdenciais	5.521	5.467	0,99
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	25.210	(100,00)
(+)	Receitas Administrativas	3.551	2.850	24,60
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	12	871	(98,66)
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	18	136	(86,62)
	2. Destinações	**(12.148)**	**(8.539)**	**42,27**
(-)	Benefícios	(6.144)	(5.557)	10,56
(-)	Despesas Administrativas	(2.696)	-	-
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(3.219)	(2.849)	13,00
	3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)	**(3.046)**	**25.995**	**(111,72)**
(+/-)	Provisões Matemáticas	20.834	108.028	(80,71)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(16.013)	(116.863)	(86,30)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(8.139)	33.955	(123,97)
(+/-)	Fundos Administrativos	254	739	(65,56)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	18	136	(86,62)
	B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	239.316	242.362	(1,26)

Patrimônio social (início do exercício) - recursos que a entidade possuía para cumprir com todas as suas obrigações
Adições - recursos recebidos pelo fundo de pensão e que aumentaram seu patrimônio
Destinações - saída de recursos ocorridas ao longo do ano

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

R$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**6.322**	**5.583**	**13,24**
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**3.563**	**3.721**	**(4,25)**
1.1. RECEITAS	**3.563**	**3.721**	**(4,25)**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.760	1.483	18,65
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.431	1.366	4,79
Resultado Positivo dos Investimentos	12	871	(98,66)
Outras Receitas	360	1	35920,09
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**3.308**	**2.982**	**10,95**
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	**1.849**	**1.616**	**14,40**
Pessoal e Encargos	1.047	813	28,80
Treinamentos/Congressos e Seminários	10	12	(18,54)
Viagens e Estadias	13	21	(36,45)
Serviços de Terceiros	490	450	8,85
Despesas Gerais	176	158	11,17
Depreciações e Amortizações	24	29	(17,76)
Contingências	89	133	(32,97)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	**1.431**	**1.366**	**4,79**
Pessoal e Encargos	962	966	(0,39)
Treinamentos/Congressos e Seminários	31	16	92,40
Viagens e Estadias	2	5	(50,96)
Serviços de Terceiros	299	288	3,91
Despesas Gerais	122	73	67,11
Depreciações e Amortizações	15	18	(18,79)
2.3. OUTRAS DESPESAS	**28**	**-**	**-**
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	**-**	**-**	**-**
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	**254**	**739**	**(65,58)**
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	**254**	**739**	**(65,58)**
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	**6.576**	**6.322**	**4,02**

Fundo administrativo do exercício anterior - valor do fundo administrativo no início de cada exercício
Custeio da gestão administrativa - valores recebidos para pagamento das despesas administrativas
Despesas administrativas - valores gastos pela entidade para administração dos planos de benefícios
Resultado negativo dos investimentos - representa o resultado negativo obtido com as aplicações dos recursos do fundo administrativo
Sobra/insuficiência da gestão administrativa - diferença entre receitas e despesas
Constituição/reversão do fundo administrativo - pode aumentar ou diminuir o fundo administrativo
Fundo administrativo do exercício atual - valor do fundo administrativo ao final do exercício

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-RJU

R$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. ATIVOS	**180.346**	**181.583**	**(0,68)**
Disponível	**174**	**284**	**(38,75)**
Recebível	**6.860**	**8.298**	**(17,33)**
Investimento	**173.312**	**173.001**	**0,18**
Títulos Públicos	56.888	62.655	(9,21)
Créditos Privados e Depósitos	42.238	50.561	(16,46)
Ações	7.941	3.379	135,00
Fundos de Investimentos	59.459	49.402	20,36
Investimentos Imobiliários	2.991	3.061	(2,27)
Empréstimos	3.796	3.943	(3,74)
2. OBRIGAÇÕES	**698**	**502**	**39,01**
Operacional	**698**	**502**	**39,01**
3. Fundos não Previdenciais	**6.827**	**6.588**	**3,62**
Fundos Administrativos	5.604	5.382	4,13
Fundos dos Investimentos	1.223	1.206	1,44
4. Ativo Líquido (1-2-3)	**172.821**	**174.493**	**(0,96)**
Provisões Matemáticas	157.579	141.059	11,71
Superávit/Déficit Técnico	(63.255)	(46.163)	37,02
Fundos Previdenciais	78.496	79.597	(1,38)

Ativos - valor (patrimônio) de que o plano dispõe para pagar os compromissos assumidos
Obrigações - pagamentos imediatos e futuros do plano de aposentadoria
Fundos não Previdenciais - valores para pagamentos das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamentos por morte
Ativo líquido - mostra o montante de recursos que o plano possui para cumprir com o pagamento de benefícios

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-FioPrev

R$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. ATIVOS	**59.742**	**62.546**	**(4,48)**
Disponível	**59**	**13**	**355,60**
Recebível	**974**	**943**	**3,29**
Investimento	**58.709**	**61.590**	**(4,68)**
Títulos Públicos	21.689	23.751	(8,68)
Créditos Privados e Depósitos	15.665	18.588	(15,73)
Ações	3.387	1.697	99,60
Fundos de Investimentos	16.693	16.226	2,88
Investimentos Imobiliários	1.151	1.178	(2,27)
Empréstimos	124	150	(17,43)
2. OBRIGAÇÕES	**74**	**1.265**	**(94,13)**
Operacional	**74**	**1.265**	**(94,13)**
3. Fundos não Previdenciais	**1.422**	**1.389**	**2,39**
Fundos Administrativos	972	940	3,44
Fundos dos Investimentos	450	449	0,19
4. Ativo Líquido (1-2-3)	**58.246**	**59.892**	**(2,75)**
Provisões Matemáticas	31.647	27.333	15,78
Superávit/Déficit Técnico	7.912	6.833	15,79
Fundos Previdenciais	18.687	25.726	(27,36)

Ativos - valor (patrimônio) de que o plano dispõe para pagar os compromissos assumidos
Obrigações - pagamentos imediatos e futuros do plano de aposentadoria
Fundos não Previdenciais - valores para pagamentos das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamentos por morte
Ativo líquido - mostra o montante de recursos que o plano possui para cumprir com o pagamento de benefícios

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-RJU

R$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**174.493**	**155.251**	**12,39**
	1. Adições	**5.516**	**23.570**	**-76,60**
(+)	Contribuições	5.516	5.444	1,32
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	18.126	(100,00)
	2. Destinações	**(7.188)**	**(4.328)**	**66,09**
(-)	Benefícios	(4.797)	(4.328)	10,84
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(2.391)	-	-
	3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)	**(1.672)**	**19.242**	**-108,69**
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.520	104.949	-84,26
(+/-)	Fundos Previdenciais	(1.100)	8.229	-113,37
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(17.092)	(93.936)	-81,80
	B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**172.821**	**174.493**	**-0,96**
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**6.828**	**6.588**	**3,64**
(+/-)	Fundos Administrativos	5.604	5.382	4,13
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.223	1.206	1,44

Ativo líquido - início do exercício - representa o valor disponível para pagamentos dos benefícios prometidos, no início de cada ano.
Adições - valores recebidos para pagamentos dos benefícios do plano
Destinações - corresponde aos benefícios pagos conforme regulamento do plano
Acréscimos/Decréscimos - aumento ou diminuição do montante dos recursos do plano
Ativo líquido - final do exercício - valor disponível para pagamento dos benefícios no final de cada ano
Fundos não Previdenciais - valores para pagamento das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamento por morte

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-FioPrev

R$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**59.892**	**54.014**	**10,88**
	1. Adições	**5**	**7.107**	**-99,93**
(+)	Contribuições	5	23	-76,98
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	7.084	(100,00)
	2. Destinações	**(1.651)**	**(1.229)**	**34,30**
(-)	Benefícios	(1.345)	(1.229)	9,44
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	**(306)**	**-**	**-**
	3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)	**(1.646)**	**5.878**	**-128,00**
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.314	3.079	40,12
(+/-)	Fundos Previdenciais	(7.039)	25.726	-127,36
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.079	(22.927)	104,70
	B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**58.246**	**59.892**	**-2,75**
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.422**	**1.389**	**2,39**
(+/-)	Fundos Administrativos	972	940	3,44
(+/-)	Fundos dos Investimentos	450	449	0,19

Ativo líquido - início do exercício - representa o valor disponível para pagamentos dos benefícios prometidos, no início de cada ano.
Adições - valores recebidos para pagamentos dos benefícios do plano
Destinações - corresponde aos benefícios pagos conforme regulamento do plano
Acréscimos/Decréscimos - aumento ou diminuição do montante dos recursos do plano
Ativo líquido - final do exercício - valor disponível para pagamento dos benefícios no final de cada ano
Fundos não Previdenciais - valores para pagamento das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamento por morte

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BD-RJU

R$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2+3+4)	**174.742**	**176.200**	**(0,83)**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**157.579**	**141.059**	**11,71**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**36.554**	**54.784**	**(33,28)**
Benefício Definido	36.554	54.784	(33,28)
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	**121.025**	**86.275**	**40,28**
Benefício Definido	121.025	86.275	40,28
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**(63.255)**	**(46.163)**	**37,02**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**(63.255)**	**(46.163)**	**37,02**
(-)Déficit Técnico Acumulado	(63.255)	(46.163)	37,02
3. FUNDOS	**79.719**	**80.803**	**(1,34)**
3.1 Fundos Previdenciais	**78.496**	**79.597**	**(1,38)**
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	**1.223**	**1.206**	**1,44**
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**698**	**501**	**39,40**
4.1 Gestão Previdencial	**695**	**494**	**40,69**
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	**3**	**7**	**(51,36)**

Provisões matemáticas - valores comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do plano
Equilíbrio técnico - representa sobra ou falta de recursos no plano
Exigível operacional - corresponde ao montante relativo aos compromissos de curto prazo já assumidos pela entidade, tais como benefícios, despesas administrativas, impostos e taxas, entre outros.
Fundos é composto por:
Fundo Previdencial - corresponde ao valor definido pelo Atuário, na data da Avaliação Atuarial, com o objetivo de cobertura de anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações de plano.
Fundo de investimentos - corresponde ao registro dos fundos constituídos para garantir a cobertura de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos na ocorrência da morte, invalidez ou inadimplência.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BD-FioPrev

R$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2+3+4)	**50.408**	**54.324**	**(7,21)**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**31.647**	**27.333**	**15,78**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**11.779**	**10.132**	**16,26**
Benefício Definido	11.779	10.132	16,26
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	**19.868**	**17.201**	**15,50**
Benefício Definido	19.868	17.201	15,50
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**7.912**	**6.833**	**15,79**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**7.912**	**6.833**	**15,79**
Superávit Técnico Acumulado	7.912	6.833	15,79
Reserva de Contingência	7.912	6.833	15,79
3. FUNDOS	**19.137**	**26.174**	**(26,89)**
3.1. Fundos Previdenciais	**18.687**	**25.726**	**(27,36)**
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	**450**	**448**	**0,41**
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**74**	**1.265**	**(94,14)**
4.1. Gestão Previdencial	**74**	**1.265**	**(94,14)**

Provisões matemáticas - valores comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do plano
Equilíbrio técnico - representa sobra ou falta de recursos no plano
Exigível operacional - corresponde ao montante relativo aos compromissos de curto prazo já assumidos pela entidade, tais como benefícios, despesas administrativas, impostos e taxas, entre outros.
Fundos é composto por:
Fundo Previdencial - corresponde ao valor definido pelo Atuário, na data da Avaliação Atuarial, com o objetivo de cobertura de anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações de plano.
Fundo de investimentos - corresponde ao registro dos fundos constituídos para garantir a cobertura de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos na ocorrência da morte, invalidez ou inadimplência.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FioPrev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e, das resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29.05.2001.

Constituído em 1984, como pessoa jurídica de direito privado e aprovado em 1985 pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social, está em funcionamento desde 1987. O FioPrev tem por objetivo suplementar a aposentadoria dos funcionários de suas patrocinadoras, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e o próprio FioPrev, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários.

Os recursos de que a entidade dispõe para o cumprimento de seus objetivos foram constituídos por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições. Os investimentos desses recursos obedecem às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3792, de 24.09.2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2009, e suas alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 3.846, de 25.03.2010, e CMN nº 4.275, de 31.10.2013.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.
A adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis nº 108 e nº109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela PREVIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância à ITG 2001, aprovada pela Resolução CFC nº 1.272, de 22.01.2010, Resolução CNPC nº 8, de 31.10.2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19.08.2013 e Instrução SPC nº 34, de 24.09.2009.

De acordo com o que consta no item 17, ANEXO C - NORMAS GERAIS, da Resolução CNPC nº 8, alterada pela Resolução CNPC nº 12, foram instituídos para apresentação anual, pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, os seguintes demonstrativos contábeis, pareceres e manifestação, referentes ao exercício social:

a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
h) Parecer dos Auditores Independentes;
i) Parecer do Atuário, relativo a cada plano de benefícios previdencial;
j) Parecer do Conselho Fiscal; e
k) Manifestação do Conselho Deliberativo com aprovação das Demonstrações Contábeis.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, são totalizados os saldos das contas dos Planos de Benefícios BD-RJU e BD-FioPrev, Plano de Gestão Administrativa – PGA.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela entidade estão em conformidade com o item II – Procedimentos Operacionais, do Anexo A – Normas Complementares, da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, e estão resumidas a seguir:

a) As adições, contribuições previdenciárias e deduções, pagamento de benefícios, as receitas e despesas do PGA, as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, da gestão de investimentos, são registrados segundo o princípio da competência.
b) Os ativos de renda fixa: títulos públicos e créditos privados e depósitos, são registrados pelo custo de aquisição, com a inclusão das corretagens e dos emolumentos, e com evidência para o ágio e o deságio, quando aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos em razão do tempo decorrido, até a data do balanço.
c) As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes, ajustadas ao valor de mercado, com base na legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A variação ocorrida na comparação entre os valores registrados na contabilidade e os de mercado é reconhecida diretamente ao resultado. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio devem ser reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.
d) Os fundos de investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, refletidas na cota diária. A mensuração das cotas segue conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
e) Os investimentos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos técnicos de avaliação. As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.
f) Os empréstimos e financiamentos referem-se aos empréstimos simples concedidos a participantes, incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço.
g) Os registros das despesas administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, por meio de sistema de alocações diretas, combinadas com rateios de despesas comuns à gestão previdencial, e de investimentos.
Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Regulamento do Imposto de Renda - RIR.

	% ao ano
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Computadores e Periféricos	20

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Intangível.
h) A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base no item II do ANEXO A da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, que determina a constituição de provisão escalonada equivalente a 25% para atrasos entre sessenta e um dias e cento e vinte dias, 50% para atrasos entre cento e vinte e um dias e duzentos e quarenta dias, 75% para atrasos entre duzentos e quarenta e um dias e trezentos e sessenta dias e 100% para atrasos superiores a trezentos e sessenta dias.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

4.1. CUSTEIO – PLANO BD - FIOPREV

Em 2012, a Reserva Especial para Revisão do Plano foi revertida para o Fundo Previdencial - Revisão de Plano, conforme previsto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008.

De acordo com o previsto no Art. 20 da Resolução CGPC nº 26. O Conselho Deliberativo aprovou as seguintes medidas:

– Em 2011, redução parcial de contribuições.
– Em 2012, redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições.
– Em 2013, o Conselho não deliberou sobre a melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores de forma parcelada aos participantes, aos assistidos e/ou aos patrocinadores, pois entendeu que deveria aguardar um posicionamento jurídico sobre os recursos da patrocinadora Fiocruz que permaneceram no Plano BD-FIOPREV após o RJU.

Em 31.12.2013, o custeio do plano era o seguinte:

Participantes Ativos, Assistidos e Patrocinadores
0% sobre o salário de participação devido a aplicação, em 2012, da redução integral das contribuições.

4.2. CUSTEIO – PLANO BD-RJU

O Plano foi criado após a instituição do Regime Jurídico Único – RJU pela Lei 8.112/90. Até fevereiro de 2007 o custeio do plano determinava uma contribuição de 1% para a patrocinadora FIOCRUZ e 1% para os participantes.

Em razão do Ofício nº 509/SPC/DEFIS, de 07.03.2007, o FioPrev ficou impedido de receber as contribuições da Patrocinadora FIOCRUZ, bem como conceder novos benefícios, inclusive pensões.
Pelo Ofício nº 2733/SPC/DEFIS, de 08.03.2007, o FioPrev foi autorizado a manter a concessão dos benefícios de risco (pecúlio e suplementação de aposentadoria por invalidez proporcional), inteiramente custeados pelos participantes.

Em 31.12.2013, o custeio do plano era o seguinte:

Participantes
Contribuições mensais de 1% sobre os respectivos salários de participação.
Patrocinador
Contribuições suspensas por determinação do Ofício nº 509/SPC/DEFIS.
Assistidos
Contribuições mensais de 5% sobre o valor do Benefício.

No quadro abaixo está registrado o montante das contribuições relativas ao mês de dezembro, cujo repasse ao Instituto deverá ocorrer no mês de janeiro do exercício seguinte.
Na rubrica Outros Realizáveis, foram registrados os ajustes decorrentes da análise contábil realizada no curso do exercício determinada pelo Conselho Fiscal, conforme orientação da Diretoria Executiva.

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12.13**	**31.12.12**
Recursos a Receber	1.254	1.240
Contribuições do mês	832	1.216
Participantes	828	1.207
Autofinanciados	4	9
Contribuições normais em atraso		
Participantes	359	-
Autofinanciados	357	-
Outros Recursos a Receber	2	-
Adiantamentos	63	24
Outros Realizáveis	-	1.674
Total da Gestão Previdencial	**1.257**	**2.919**

5. GESTÃO DE INVESTIMENTO

5.1. REALIZÁVEL DA GESTÃO DE INVESTIMENTO

Em 31.12.2013, a posição da carteira de investimentos do FioPrev estava em consonância com a Resolução CMN nº 3.792 e alterações, conforme registrado no quadro demonstrativo abaixo.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12.13**	**31.12.12**
Títulos Públicos	**80.816**	**88.881**
Títulos públicos Federais	80.816	88.881
Créditos Privados e Depósitos	**59.716**	**71.301**
Instituições Financeiras	21.814	19.866
Companhias Abertas	37.902	51.435
Investimento Estruturado	**3.785**	-
Fundo de investimento Imobiliário	3.785	-
Ações	**11.635**	**5.189**
Companhias Abertas	11.635	5.189
Fundos de Investimento	**74.389**	**67.695**
Ações	24.543	18.648
Multimercado	42.966	35.981
Direitos Creditórios	6.880	13.066
Investimentos Imobiliários	**4.257**	**4.356**
Aluguéis e Renda	4.257	4.356
Empréstimos e Financiamentos	**3.920**	**4.094**
Empréstimos	3.920	4.094
Total da Gestão de Investimentos	**238.518**	**241.516**

5.1.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Conforme descrito na Política de Investimentos, o gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante e, como prudência, são mantidos recursos marcados a mercado suficientes para honrar os compromissos previdenciários no curto prazo. O total de recursos marcados a mercado, em 31.12.2013, R$116.008 mil, representava 60,93% da carteira de renda fixa.

Atendida a necessidade de liquidez e, em função da alta volatilidade das taxas de juros, que gera fortes oscilações na rentabilidade dos ativos de renda fixa, o FioPrev decidiu manter marcados na curva parte dos títulos públicos existentes na carteira de renda fixa. Os títulos privados, em particular, as Cédulas de Crédito Bancário (CCB), também foram mantidas dessa forma por suas próprias características.

O total de recursos marcados na curva, em 31.12.2013, R$ 74.371 mil, representava 39,07% da carteira de renda fixa.

	Marcação na Curva		Marcação à Mercado	
Títulos e Valores Mobiliários	**31.12.13**	**31.12.12**	**31.12.13**	**31.12.12**
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional	27.221	25.525	53.596	63.356
Subtotal	**27.221**	**25.525**	**53.596**	**63.356**

Títulos Privados				
Cédula de Crédito Bancário	3.405	8.227	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	14.013	13.749	-	
Debêntures	20.484	29.459	-	-
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	9.248	8.143	12.566	11.723
Subtotal	**47.150**	**59.578**	**12.566**	**11.723**
Fundos de Investimento				
Fundos Exclusivos	-	-	42.966	35.980
Fundos de Invest. Dir. Cred. - FIDCs	-	-	6.880	13.067
Fundos de Invest. Imobiliários	3.785	-	-	-
Subtotal	**3.785**	-	**49.846**	**49.047**
Total	**78.156**	**85.103**	**116.008**	**124.126**

5.1.2. Composição dos Títulos

Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31.12.13	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31.12.12
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional	-	80.816	80.816	-	88.881	88.881
Subtotal	**-**	**80.816**	**80.816**	**-**	**88.881**	**88.881**
Títulos Privados						
Cédula de Crédito Bancário	-	3.405	3.405	-	8.227	8.227
Certificados de Recebíveis Imobiliários		14.013	14.013		13.749	13.749
Debêntures	-	20.484	20.484	-	29.459	29.459
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	21.814	21.814	-	19.866	19.866
Subtotal	**-**	**59.716**	**59.716**	**-**	**71.301**	**71.301**
Fundos de Investimento						
Ações	24.543	11.635	36.178	18.648	-	18.648
Fundos Exclusivos	42.966	-	42.966	35.980	-	35.980
Fundos de Invest. Dir. Creditórios	6.880	-	6.880	13.067	-	13.067
Fundos de Invest. Imobiliários	3.785	-	3.785	-	-	-
Subtotal	**78.174**	**11.635**	**89.809**	**67.695**	**-**	**67.695**
Mercado de Ações						
À Vista	-	-	-	-	5.189	5.189
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.189**	**5.189**
Total	**78.174**	**152.167**	**230.341**	**67.695**	**165.371**	**233.066**

5.1.3. Classificação dos Títulos por vencimento

	31.12.13				
Títulos Públicos	**Até 01 ano**	**01 a 05 anos**	**05 a 10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**
Notas do Tesouro Nacional	-	31.634	23.838	25.344	80.816
Subtotal	**-**	**31.634**	**23.838**	**25.344**	**80.816**
Títulos Privados					
Cédula de Crédito Bancário	3.405	-	-	-	3.405
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.438	12.575	14.013

Debêntures	-	11.332	9.152	-	20.484
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	12.566	9.248	-	-	21.814
Subtotal	**15.971**	**20.580**	**10.590**	**12.575**	**59.716**
Total	**15.971**	**52.214**	**34.428**	**37.919**	**140.532**

	31.12.12				
Títulos Públicos	**Até 01 ano**	**01 a 05 anos**	**05 a 10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**
Notas do Tesouro Nacional	-	31.361	-	57.520	88.881
Subtotal	**-**	**31.361**	**-**	**57.520**	**88.881**
Títulos Privados					
Cédula de Crédito Bancário	-	8.227	-	-	8.227
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.486	12.262	13.748
Debêntures	9.626	11.199	8.635	-	29.460
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial		19.866	-	-	19.866
Subtotal	9.626	39.292	10.121	12.262	71.301
Total	**9.626**	**70.653**	**10.121**	**69.782**	**160.182**

Os títulos são registrados pelos valores de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

5.1.4 Investimentos Imobiliários

Edifício Morumbi Square 11o Andar - De acordo com o que determina a Resolução CMN nº 3792, de 24.09.2009, e a Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34, de 24.09.2009, que dispõe sobre a obrigação de reavaliação da carteira imobiliária a cada três anos. Em dezembro de 2011, foi realizada a referida reavaliação do imóvel constante da carteira e o resultado da reavaliação foi de R$ 1.541 mil. A próxima reavaliação deverá ocorrer até dezembro de 2014.

5.1.5 Empréstimos e Financiamentos

As provisões para perdas, constituídas em 31.12.2013 e 2012, consideraram os critérios definidos pela Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34 e foram determinadas em função da verificação de atraso no recebimento da parcela do valor principal e os seus respectivos encargos.

No quadro abaixo está demonstrada a composição das Operações com Participantes contemplando os saldos em 31.12.2013 e de 2012, representados pelo somatório dos empréstimos concedidos e as provisões para perdas.

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12.13**	**31.12.12**
Empréstimos	10.894	9.877
Provisões para Perdas	(6.974)	(5.783)
Total	**3.920**	**4.094**

5.1.6 Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com o Banco Bradesco, credenciado na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria Entidade e por terceiros, observando o que dispõe sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

5.1.6.1 Rentabilidade das Carteiras

A rentabilidade auferida pela carteira de investimentos, apurada pela RiskOffice através do método de cotas, pode ser assim demonstrada:

	Exercícios findos em	
Segmento de Aplicação	**31.12.13**	**31.12.12**
Renda Fixa	-1,07%	16,22%
Renda Variável	-9,59%	-23,44%
Imóveis	-5,38%	-
Empréstimos	12,32%	6,43%
Consolidado(*)	**-1,90%**	**12,51%**

(*) A meta atuarial dos planos BD-RJU e BD-FIOPREV (INPC + 5% a.a) no exercício de 2013 fechou em 10,84%. Em 2012, foi de 11,51%.

6. PERMANENTE

Representados pelo Imobilizado, que compõe os bens utilizados no desempenho das atividades sociais do FioPrev, e pelo Intangível, que são os gastos com aquisição de softwares e instalações em imóveis de terceiros.

A depreciação do Imobilizado e a amortização do Intangível seguem as determinações da Instrução Normativa nº SPC 34 e estão demonstrados no quadro abaixo.

Descrição	**31.12.13**	**Adições**	**Exclusões**	**31.12.12**
Ativo Permanente	**155**	**10**	**(71)**	**216**
Imobilizado	**83**	**10**	**(48)**	**121**
Móveis e Utensílios	18	-	(5)	23
Máquinas e Equipamentos	4	-	(6)	10
Aparelhos Cinematográficos	-	-	(1)	1
Computadores e Periféricos	43	5	(24)	62
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	18	5	(12)	25
Intangível	**72**	**-**	**(23)**	**95**

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12.13**	**31.12.12**
Gestão Previdencial	768	1.760
Gestão Administrativa	240	1.528
Investimentos	4	7
Total	**1.012**	**3.295**

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão de Investimentos e da Gestão Administrativa, e registra as obrigações decorrentes das operações do Instituto.

7.1. Na Gestão Previdencial estão registrados os compromissos a pagar com benefícios de pagamento único, devoluções de reserva de poupança e outras exigibilidades, conforme descrito no quadro a seguir:

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12.12**	**31.12.11**
Benefício de Renda Continuada	124	114
Benefício de Pagamento Único	594	392
Retenções a Recolher	10	10
Outras Exigibilidades	40	1.244
Total	**768**	**1.760**

7.1.1. Na rubrica Outras Exigibilidades, foram registrados os ajustes decorrentes do resultado da análise contábil realizada no curso do exercício, com os valores absorvidos no encontro de contas determinado pala Diretoria Executiva.

7.2. Na Gestão Administrativa – PGA, estão registrados os compromisso a pagar pertinentes a administração do respectivo Plano, conforme descrito no quadro abaixo:

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12.13**	**31.12.12**
Pessoal e Encargos	150	482
Fornecedores	65	122
Contribuições Associativas	-	1
Convênios	1	-
Retenções a Recolher	24	30
Outras Exigibilidades	-	893
Total	**240**	**1.528**

7.2.1. Na rubrica Outras Exigibilidades, foram registrados os ajustes decorrentes do resultado da análise contábil realizada no curso do exercício, com os valores absorvidos no encontro de contas determinado pala Diretoria Executiva.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representam os valores referentes aos registros dos depósitos judiciais da Gestão Administrativa, relativos ao processo nº 19740.00255/2006-31, pertinente ao Mandado de Segurança com pedido de liminar nº 2006.81.01.011532-8, cujo objetivo é a suspensão do recolhimento de Pis e Cofins, pelo FioPrev, nos termos da Lei nº 9.718/98.

No mês de janeiro de 2013, foram ajustados os valores registrados em duplicidade no mês de dezembro de 2012, relativos ao FioSaúde que foram incorporados ao FioPrev, conforme indicado no quadro abaixo:

	Exercícios findos em		
Descrição	**31.12. 13**	**Provisões**	**31.12.12**
Contingências Tributárias	1.319	89	1.230
Contingências Tribut-Cisão	1.505	(1.564)	3.069
Total	**2.824**	**(1.475)**	**4.299**

8.1. Em 07.08.2013, o Consultor Tributário Externo, encaminhou considerações sobre o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 2006.51.01.011532-8, indicando os procedimentos administrativos a serem tomados pelo FioPrev em relação a autorização em juízo para o levantamento dos depósitos judiciais efetuados no curso do processo, e que a partir desse momento fossem interrompidas a realização dos referidos depósitos judiciais de Pis e Cofins.

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo e encontram-se demonstrados em consonância com a avaliação atuarial realizada em dezembro de 2013.

O FioPrev contratou a Mercer para assessorar a Diretoria Administrativa-Financeira na análise da aderência da taxa real de juros à taxa de retorno real projetada para os ativos dos planos de benefícios, em atendimento à Resolução CGPC nº 9, de 29.11.2012. O resultado da análise concluiu que a taxa de desconto real a ser utilizada na avaliação atuarial de 2013 dos planos de benefícios não poderia ser superior a 4,62% a.a. Com base no estudo, o Conselho Deliberativo do FioPrev, em reunião realizada no dia 21.02.2014, autorizou a redução de 5% para 4,5% a.a. da taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial de 2013 dos planos de benefícios.

Plano BD-RJU - O método atuarial adotado para avaliação atuarial de 2012, do benefício de Aposentadoria por Invalidez e Reversão em Pensão por Morte, foi alterado de Repartição de Capitais de Cobertura para o Agregado. Para o benefício de Pecúlio por Morte, referente aos benefícios a conceder, o método foi alterado de Repartição Simples para Agregado. Para os benefícios já concedidos o método atuarial adotado também foi o Agregado.

Uma vez que o Plano tem por característica, o benefício definido para os benefícios de risco, manter o método como repartição levaria a uma distribuição indevida de recursos que seriam necessários, no futuro, para o pagamento dos benefícios de Pecúlio, principalmente. Para os benefícios já concedidos o método atuarial adotado também foi o Agregado.

Essa mudança no método de financiamento determina a contabilização do valor das obrigações efetivas dos participantes ativos o que resultou num déficit técnico em 2012 e 2013.

Considerando:

a) que o déficit apurado em 2012 e 2013 é conjuntural;
b) que o fluxo financeiro é suficiente para honrar os compromissos do exercício de 2013, apesar de o seu valor não ser inferior a 10% do total das provisões matemáticas;
c) a manifestada intenção do patrocinador Fiocruz de solicitar a retirada de patrocínio do plano; e
d) a Ação Civil Pública (Proc. Nº 0005257-51.2011.4.02.5101), proposta pelo Ministério Público Federal – MPF, em face da União Federal, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV; entende o MP que as contribuições vertidas pela Fiocruz ao Plano BD-RJU foram indevidas e que por isso devem ser revertidas aos cofres públicos, além de sugerir a implementação de medidas administrativas;

o déficit será mantido na contabilização de 31.12.2013 até a efetiva definição dos itens "c" e "d" apresentados acima.

Plano BD-FioPrev – O plano apresentou resultado superavitário em 31.12.2013. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado na constituição da Reserva de Contingência, limitado a 25% das Provisões Matemáticas. O valor do superávit excedente foi alocado no Fundo Previdencial, de acordo com o previsto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 26/2008.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Passivo Atuarial dos planos administrados pelo FioPrev em 31.12.2013 e de 2012.

Descrição	Exercícios findos em 31.12.13	31.12.12
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	**48.333**	**64.916**
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização	48.333	64.916
BD-RJU	36.554	54.784
BD-FioPrev	11.779	10.132
Benefícios a Conceder	**140.893**	**103.476**
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. Prog.	18.464	15.827
BD-FioPrev	18.464	15.827
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. não Prog.	122.429	87.649
BD-RJU	121.025	86.275
BD-FioPrev	1.404	1.374
Total Provisões Matemáticas	**189.226**	**168.392**

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

10.1. Resultados Realizados

Representam a totalização dos valores relativos ao Superávit Técnico e do Déficit Técnico Acumulados, apurados anualmente. Na ocorrência de Superávit Técnico, esses valores serão destinados à formação de Reserva de Contingência, limitada a 25% do valor das Provisões Matemáticas, sendo o excedente, se houver, destinados à formação da Reserva Especial para Revisão de Plano, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar 109, bem como o item nº 27 do Anexo A – Normas Complementares da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Equilíbrio Técnico em 31.12.2013 e de 2012.

D escrição	31.12 .13	31.12 .12
Equilíbrio Técnico		
Resultados Realizados	**(55.343)**	**(39.330)**
Superávit Técnico Acumulado	7.912	6.883
Reserva de Contingência	7.912	6.883
Reserva para Revisão de Plano	-	-
(-)Déficit Técnico Acumulado	(63.255)	(46.163)

No quadro a seguir está demonstrada a composição da rubrica Resultados Realizados, em 31.12.2013 e de 2012.

Descrição	Exercícios findos em 31.12 .13	31.12 .12
Resultado do Programa Previdencial	(622)	(91)
Fluxo dos Investimentos	(2.697)	25.211
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	(20.834)	(108.028)
Constituição/Reversão de Fundos	8.139	(33.955)
(=)Superávit ou Déficit Técnico do Exercício	(16.014)	(116.863)

11. FUNDOS

11.1. Fundo Previdencial

Plano BD-RJU
Constituído em conformidade com os itens 2 e 3 do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, database dezembro de 2007, atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos.
Plano BD-FioPrev
Constituído pela transferência do saldo da rubrica Reserva para Revisão de Plano, após o decurso de três exercícios, em conformidade com a Demonstração Atuarial – DA, data base dezembro de 2013, que será utilizado conforme definido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o previsto no artigo 20 da Resolução CGPC nº 26.

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12 .13**	**31.12 .12**
Fundo Previdencial - Residual (BD-RJU)	78.497	79.597
Fundo Previdencial – Rev.Plano (BD-FioPrev)	18.687	25.726
Total	**97.184**	**105.323**

11.2. Fundo Administrativo

Constituído com base no excedente verificado na apuração do resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos. Sua remuneração se dá com base no resultado da gestão da carteira de investimentos do PGA.

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12 .13**	**31.12 .12**
Fundo Administrativo	6.576	6.322
Total	**6.576**	**6.322**

	Exercícios findos em	
Descrição	**31.12 .13**	**31.12 .12**
Fundos de Investimentos	1.673	1.655
Total	**1.673**	**1.655**

11.3. Fundos de Investimentos

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento ou inadimplência.

12. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A partir do exercício de 2010, as despesas administrativas dos planos BD-RJU e BD-FioPrev, incluindo as despesas administrativas com investimentos, serão custeadas de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - RPGA (instituído pela Resolução CGPC nº 29, de 31.08.2009), aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da terceira reunião ordinária do ano de 2009, realizada em 17.12.2009.

O custeio administrativo do Plano de Gestão Administrativa - PGA tem como fonte de recursos, a remuneração obtida pela aplicação financeira dos recursos garantidores dos planos. Pelo RPGA o limite anual para custeio das despesas administrativas do Instituto equivale a 1% dos recursos garantidores.

Entretanto, de acordo com o Artigo 15º da Resolução CGPC nº 29, de 31.08.2009, o Instituto tem 60 meses, a contar de janeiro/2010, para se adequar ao limite estabelecido no RPGA.

Os recursos destinados pelos planos de benefícios executados pelo Instituto, para o plano de gestão administrativa, corresponderam a 1,37% dos recursos garantidores dos planos do último dia do exercício de 2013, conforme apresentado no quadro de indicadores de gestão administrativa abaixo:

	Indicadores de Gestão Administrativa			
	Exercícios findos em			
Descrição	**31.12.13**	**Limite**	**31.12.12**	**Limite**
Custeio Administrativo	3.191	1,37%	2.849	1,21%
Recursos Garantidores	232.251		234.881	

	Plano BD-RJU		Plano BD-FioPrev		Total	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
RECURSOS GARANTIDORES	**173.483**	**173.278**	**58.768**	**61.603**	**232.251**	**234.881**
1. Disponível	174	284	59	13	233	297
2. Realizável de Investimentos	173.313	173.001	58.709	61.590	232.022	234.591
3. Exigível Operacional de Investimentos	(4)	(7)	-	-	(4)	(7)

13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

13.1. Cédulas de Crédito Bancário da Resul S/A

A RESUL S/A é uma sociedade anônima, constituída em 03.04.2007 com a finalidade específica de emitir Cédulas de Crédito Bancário – CCB, e adquirir direitos creditórios decorrentes das atividades de saúde da CELSP – Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, efetuando a cessão fiduciária desses direitos creditórios aos detentores das cédulas.

No dia 11.02.2008, o FioPrev aplicou R$ 7.000 mil em CCBs da RESUL, considerando um prazo de 60 meses, a partir da data de emissão das cédulas, com período de carência de 12 meses, e remuneração de IGP-M + 9% a.a.

Os pagamentos iniciais aconteceram nas datas previstas, contudo, em função da má gestão dos negócios do grupo CELSP, em especial, na área de saúde, passou-se a conviver com a falta de recursos para liquidação das demais parcelas, gerando a inadimplência que levou os investidores a pedirem o vencimento antecipado dos títulos, em AGE realizada em 15.10.2009.

Diante do exposto, o FioPrev contratou os serviços da empresa Pinheiro Guimarães Advogados, para entrar com uma Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial contra a RESUL e a CELSP, avalista da operação. Processo nº 0394806-34.2009.8.19.0001, na 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, cujo valor total da causa é de R$ 9.300 mil.

Em abril de 2010, foi integralizado o provisionamento de 100% do investimento para perdas referentes aos valores do ativo, totalizando R$ 10.522 mil, em 31.12.2013.

13.2. Ação ajuizada contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento

O FioPrev é parte integrante da Ação Ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada – ABRAPP, contra a União, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cujo mérito é obter o ressarcimento da diferença de reajuste do valor de face das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND , decorrentes do critério praticado pelo BNDES/FND.

O processo nº 91.0123902-3, da 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, foi julgado procedente no que se refere ao direito das associadas receberem a correção das OFND, que faziam parte de suas carteiras de investimentos no período abrangido entre abril de 1990 a fevereiro de 1991, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, em vez do indicador Bônus do Tesouro Nacional – BTN, utilizado pela União para efetuar a referida correção. Em agosto de 1991, o FioPrev possuía em carteira o valor de Cr$ 246.386 mil. Embora o mérito tenha sido julgado procedente, o FioPrev optou por não contabilizar os valores ali referenciados, em função do processo judicial ainda está em fase de liquidação.

13.3. Cédulas de Crédito Imobiliário – CCIs da M.Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios Ltda

Em virtude da inadimplência das parcelas vencidas nos meses de abril e maio de 2011, e sem prejuízo das 06 (seis) parcelas vencidas no período de outubro de 2010 a março de 2011, objeto de negociação anterior em que os credores das CCIs reunidos em 21.03.2010, juntamente com o Sr. Pedro Barenboim, representante legal da M.Brasil e da Barenboim, resolveram postergar os pagamentos das referidas parcelas; e da inadimplência na reconstituição dos recursos da garantia de cessão fiduciária de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis através das vendas pelos cartões de créditos de bandeiras Mastercard e Visa, os credores resolveram pela Declaração do Vencimento Antecipado dos créditos representados pelas CCIs da M.Brasil, notificando a empresa em 02.06.2011. O valor contábil provisionado referente a este ativo, em 31.12.2013, totalizava R$ 29.123 mil, totalmente provisionado para perda.

Os credores contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para assessoria jurídica, objetivando a liquidação extrajudicial das garantias reais existentes na operação.

13.4. Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCs do Banco BVA

Em 19.12.2012, o Banco BVA sofreu intervenção do Banco Central. Por várias vezes foi anunciada a possibilidade de compra do Banco por outras instituições financeiras, o que de fato não se confirmou, em 19.06.2013, o Banco BVA foi liquidado.

Após a liquidação do Banco, os credores se reuniram em Assembléias e decidiram pela contratação do Banco Brasil Plural, para atuar como gestora dos recursos aplicados nos FIDCs Multisetorial BVA Master e Multisetorial BVA Master II. Para o FIDC Multisetorial Itália foi eleita a gestora Vila Rica para a realização do trabalho de gestão da carteira do Fundo.

Importante registrar que o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, é um instrumento de aplicação em que os recursos captados são, majoritariamente, destinados à aquisição de direitos creditórios cedidos por uma empresa.

O FioPrev possuía investimentos no Banco BVA através dos FIDCs Multisetorial BVA Master, Multisetorial BVA Master II e Multisetorial Itália, que na data de sua intervenção, totalizavam R$ 8.442 mil. A ação do Banco Central no BVA prejudicou o recebimento dos pagamentos das empresas e provocou atraso nos depósitos de juros e amortizações. Esta situação ensejou a necessidade de alteração do agente de cobrança dos fundos, função antes desempenhada pelo próprio Banco BVA, passando esta responsabilidade para os FIDCs em questão. A partir desta mudança, medidas estão sendo tomadas em conjunto com os gestores e administradores dos fundos, visando regularizar os pagamentos junto às empresas devedoras.

Para aqueles créditos de empresas inadimplentes que não se consegue fechar um acordo, estão sendo tomadas medidas judiciais que objetivam a execução das garantias disponíveis.
Em 31.12.2013, o valor dos investimentos nos FIDCs do Banco BVA totalizava R$ 1.817 mil. As amortizações ocorridas nos três Fundos, no período de 19.10.2012 até 31.12.2013, totalizaram R$ 1.095 mil.

Todas as providências estão sendo tomadas para que o FioPrev recupere os recursos corrigidos pelo benchmark desses Fundos, CDI + 3,5% ao ano, e as negociações estão caminhando de forma a que isso se realize o mais rápido possível.

PARECER ATUARIAL PLANO BD-RJU

1.INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Suplementar ao Regime Jurídico Único (Plano RJU), mantido pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras do Instituto em 31de dezembro 2013.

2.PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2013.
Os dados individuais foram fornecidos pelo FioPrev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.
A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FioPrev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos [1]

Descrição	
Número	3.014
Idade Média (anos)	50,9
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	20,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	16,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	8,0
Salário Mensal Médio (R$)	10.702
Folha Anual de Salários (SRB) (R$)	419.329.500

[1] Considera o Participante Ativo e Autopatrocinado.

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	36
Idade Média (anos)	74,6
Benefício Mensal Médio em R$	665
Aposentados Inválidos	
Número	124
Idade Média (anos)	58,1
Benefício Mensal Médio em R$	1.256

Beneficiários	
Número	19
Idade Média (anos)	61,4
Benefício Mensal Médio em R$	473
Total	
Número	179
Idade Média (anos)	61,8
Benefício Mensal Médio em R$	1.054

[1] Há ainda no Plano 1,149 Participantes com direito ao recebimento do pecúlio por Morte.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2013. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2013, refletindo o conceito de capacidade.

3.HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.
Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria e dependentes).
A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros [1]	4,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário [1]	2% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano [1]	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempodos salários (SRB)	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	2% a.a.
Tábua de mortalidade geral [2]	AT-2000-Basic
Tábua de mortalidade de inválidos [3]	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas [4]	Entrada em Aposentadoria e Composição Familiar

[1] O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

[2] Foi utilizada a tábua AT-2000-Basic, segregada por sexo.

[3] Foi utilizada a tábua AT-83, segregada por sexo.

[4] Foi assumida a hipótese de que todos os Participantes do Plano vão se aposentar na primeira data de elegibilidade ao benefício.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefício Definido (Plano CLT) encontram-se arquivadas no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev à disposição da PREVIC.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico especifico elaborado pela Mercer, de forma a identificar a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios (estudos de ALM), a taxa de retorno da carteira. As projeções foram feitas com base na carteira atual. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a alteração da taxa real anual de juros de 5% a.a. para 4,5% a.a Destacamos que a nova taxa real anual de juros atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 e correspode àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do plano, exceto os benefícios de Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, que foram avaliados pelo método de Repartição Simples. O benefício de Auxílio Reclusão foi considerado imaterial para fins desta avaliação em função da experiencia do instituto.

Informamos que, excetuadas as alterações na taxa de juros, taxa de crescimento salarial e rotatividade, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriadas e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4.POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2013 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Administrativo e de Investimentos fornecidos pelo FioPrev posicionados em 31/12/2013.

Conta	Nome	R$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	59.667.960,65
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	39.558,698,56
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	31.646.958,85
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	11.779.146,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0.00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0.00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	11.779.146,00

2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	5.926.817,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	5.852.812,85
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	19.867.812,85
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0.00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Conta - Parcela Patrocinador	0.00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Conta - Parcela Participante	0.00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	18.464.342,85
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	18.464.342,85
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0.00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.403.470,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.403.470,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistido	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	7.911.739,71
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	7.911.739,71
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	7.911.739,71
2.3.1.2.01.01.01	- Reserva de Contingência	7.911.739,71
2.3.1.2.01.01.02	- Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	20.109.262,09
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	18.687.087,76
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	18.687.087,76
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	972.315,63
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	449.858,70

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Definido (Plano CLT) vigente em 31de dezembro 2013, Plano este que se encontra em manutenção.

Não Houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano RJU no exercício de 2013.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:
a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para Participante Ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de Participante Ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Variação nas Provisoes Matemáticas
Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2012, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos). Oaumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2013 se deve basicamente a alteração na taxa de juros.

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Resolução CGPC nº 26/2008, esclarecemos que o Fundo do Programa Previdencial do Plano, no valor de R$ 78.496.468,08, foi constituído pelo atuário anterior do Plano na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2008, e devidamente atualizado até a data da presente avaliação atuarial. Este valor permanecerá registrado em Fundo Previdencial até a decisão do Conselho quanto à sua destinação.

Considerando que durante o exercício de 2013 não foi efetuado Plano para equacionamento do Déficit Técnico por força da Ação Civil Pública movida contra ao Instituto e outros, o valor permanece registrado nesta conta.

No entanto, em função da decisão do Conselho Deliberativo do Patrocinador FIOCRUZ de solicitar sua retirada de patrocínio, conforme registrado na Ata do Patrocinador datada de 27/09/2013, haverá efetivo equacionamento da situação do plano quando a solicitação de patrocínio for formalmente efetivada.

Variação do Resultado
Asituação deficitária do Plano foi agravada em função da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2013.

5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Suplementar ao Regime Jurídico Único (Plano RJU) com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras
A Contribuição Normal de Patrocinadora será nula no exercício 2014.
Participantes Ativos
Os Participantes Ativos deverão efetuar Contribuição Normal de Participante, conforme definido no Regulamento, equivalente a 1% do Salário de Participação do Plano de Benefícios (equivalente a R$ 4.396.250,48

de 31/12/2013).

Participantes Autopatrocinados

O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora ao FioPrev em decorrência da sua vinculação ao Plano.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Contribuição para cobertura das despesas administrativas nula no exercício de 2014.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos efetuarão contribuições equivalentes a 5% do valor do benefício (equivalente a R$ 116.758,00 de 31/12/2013).

Despesas Administrativas

As despesas de administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01de abril 2014, permanecendo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2012.

6. LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo FioPrev que são vinculados à Lei Complementar n° 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores dos mencionados Planos no último dia útil do exercício de 2014, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

7. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefício Definido (Plano RJU) do FioPrev está deficitário em 31/12/2013.

No entanto, por força da Ação Civil Pública movida contra ao instituto e outros, e considerando ainda a já manifestada intenção do Patrocinador FIOCRUZ de solicitar sua retirada, o valor permanece registrado nesta conta para seu efetivo equacionamento.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria da Fé Pinto
M.I.B.A. nº 746

Rodrigo Salgado Cardoso
M.I.B.A. nº 1.317

PARECER ATUARIAL PLANO BD-FIOPREV

1.INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano CLT), mantido pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras do Instituto em 31de dezembro 2013.

2.PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2013.
Os dados individuais foram fornecidos pelo FioPrev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.
A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FioPrev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos [1]

Descrição	
Número	69
Idade Média (anos)	44,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	12,7
Tempo Médio de Contribuição (anos)	12,7
Tempo Médio para a aposentadoria (anos)	14,4
Salário Mensal Médio (R$)	4.556
Folha Anual de Salários (SRB) (R$)	3.612.712

[1] Considera o Participante Ativo, Autopatrocinado e BPD aguardando (incluindo Benefício Saldado).

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	51
Idade Média (anos)	83,8
Benefício Mensal Médio em R$	965
Aposentados Inválidos	
Número	5
Idade Média (anos)	71,6
Benefício Mensal Médio em R$	2.096
Beneficiários	

Número	43
Idade Média (anos)	72,4
Benefício Mensal Médio em R$	715
Total	
Número	99
Idade Média (anos)	78,2
Benefício Mensal Médio em R$	914

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2013. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2013, refletindo o conceito de capacidade.

3.HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros [1]	4,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário [1]	2% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano [1]	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários (SRB)	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada
Hipótese sobre rotatividade	2% a.a.
Tábua de mortalidade geral [2]	AT-2000-Basic
Tábua de mortalidade de inválidos [3]	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas [4]	Entrada em Aposentadoria e Composição Familiar

[1] O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

[2] Foi utilizada a tábua AT-2000-Basic, segregada por sexo.

[3] Foi utilizada a tábua AT-83, segregada por sexo.

[4] Foi assumida a hipótese de que todos os Participantes do Plano vão se aposentar na primeira data de elegibilidade ao benefício.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefício Suplementar ao Regime Jurídico Único (Plano RJU) encontram-se arquivadas no Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev à disposição da PREVIC.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico especifico elaborado pela Mercer, de forma a identificar a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios (estudos de ALM), a taxa de retorno da carteira. As projeções foram feitas com base na carteira atual. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a alteração da taxa real anual de juros de 5% a.a. para 4,5% a.a Destacamos que a nova taxa real anual de juros atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 e correspode àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na taxa de juros, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses utilizadas nesta avaliação atuarial são apropriadas e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4.POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor informado pelo FioPrev, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2012 é a apresentada no quadro a seguir.
O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo FioPrev posicionados em 31/12/2012.

Conta	Nome	R$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	61.280.471,68
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	34.165.872,04
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	27.332.697,63
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	10.131.689,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.131.689,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	5.982.152,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	4.149.537,00

2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	17.201.008,63
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Conta - Parcela Patrocinador	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Conta - Parcela Participante	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	15.826.948,63
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	15.826.948,63
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.374.060,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.374.060,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Exraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participante	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistido	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	6.833.174,41
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	6.833.174,41
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	6.833.174,41
2.3.1.2.01.01.01	- Reserva de Contingência	6.833.174,41
2.3.1.2.01.01.02	- Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	27.114.599,64
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	25.725.678,76
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	25.725.678,76
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	972.315,63
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	449.858,70

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Definido (Plano CLT) vigente em 31/12/2012, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação noresultado do plano CLT no exercício de 2013.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
d) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de Participante Ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Variação nas Provisoes Matemáticas
Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2012, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos). O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2013 se deve basicamente a alteração na taxa de juros.

O valor do excesso do patrimônio do plano sobre o valor das provisões matemáticas foi utilizado para constituição da reserva de contintingência, limitado a 25% do total das provisões Matemáticas dos Benefícios Definidos. O valor do superávit excedente a Reserva de Contingência, considerando que no exercício de 2012 registrou-se o terceiro exercício consecutivo de apuração de Reserva para Revisão de Plano q eu houve o ajuste nas hipóteses de taxa de juros real e moralidade, para 5% a.a. e AT-2000, respectivamente, de forma a atender ao previsto no artigo 9º da resolução CGPC nº 26/2008, foi alocado em Fundo Previdencial - Revisão do Plano.

Tendo em vista que, após a realização da reavaliação atuarial anual de 2013, a Reserva de Contingência calculada ficou inferior ao patamar de 25% das provisões matemáticas, reverteu-se do referido Fundo o montante necessário para recompor a citada Reserva de Contingência ao seu patamar de 25%, conforme definido no Art. 18 da Resolução CGPC nº 26/2008. Sendo assim, o novo Fundo Previdencial - Revisão de Plano, conta 2.3.2.1.02.00.00, é de R$ 18.687.087,76.

Considerando que durante o exercício de 2013 não foi promovida a alteração regulamentar necessária para estruturar o Plano para a destinação da reserva para Revisão por meio de melhoria de benefícios/ destinação de valores ao patrocinador, o valor permanece registrado nesta conta aguardando a efetiva decisão do Conselho Deliberativo do FIOPREV.

No entanto, em função da decisão do Conselho Deliberativo do Patrocinador FIOCRUZ de solicitar sua retirada de patrocínio, conforme registrado na Ata do Patrocinador datada de 27/09/2013, será mantido o Fundo Previdencial - Revisão de Plano no encerramento do exercício de 2013 para definição de sua destinação quando a solicitação de patrocínio for formalmente efetivada.
Variação do Resultado
A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado obtido em 2012, em função da rentabilidade nãoter sido favorável no exercício de 2013.

5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido (Plano CLT) com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras
As Patrocinadoras não efetuarão contribuições no exercício de 2014.
Participantes Ativos
Os Participantes Ativos não efetuarão contribuições no exercício de 2014.
Participantes Autopatrocinados
O Participante Autopatrocinado deverá recolher ao Plano, além das contribuições de sua responsabilidade, descritas no item Contribuições de Participantes Ativos, as contribuições que seriam vertidas por sua ex-Patrocinadora ao FioPrev em decorrência da sua vinculação ao Plano.
Participantes em Benefício Proporcional Diferido
Os Participantes em BPD não deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas no exercício de 2014.
Participantes Assistidos
Os Participantes Assistidos não efetuarão contribuições no exercício de 2014.
Despesas Administrativas
As despesas de administração do Plano, incluindo as despesas com investimentos, serão custeadas conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril 2014, permanecendo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2012.

6. LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo FioPrev que são vinculados à Lei Complementar n° 108, de 29 de maio 2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores dos mencionados Planos no último dia útil do exercício de 2013, conforme Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2009.

7. CONCLUSÃO
Certificamos que o Plano de Benefício Definido (Plano CLT) do FioPrev está superavitário em 31/12/2013. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas doi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, limitado a 25% do total das Provisões Matemáticas dos Benefícios Definidos. O valor do Superávit excedente a Reserva de Contingência foi, Conforme previsto no art. 17 da Resolução CGPC nº 26/2008, alocado ao Fundo Previdencial - Revisão de Plano.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria da Fé Pinto
M.I.B.A. nº 746

Rodrigo Salgado Cardoso
M.I.B.A. nº 1.317

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
DD. DIRETORIA DO
INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV
RIO JANEIRO - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, e pareceres do atuário responsável pelos cálculos das provisões matemáticas e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente e causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Parágrafo de ênfase
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 10, o Plano BD-RJU apresentou déficit acumulado de R$ 63.255 mil. No entanto, por força da Ação Civil Pública movida contra o Instituto e outros, e considerando ainda a manifestação da intenção do Patrocinador FIOCRUZ de solicitar sua retirada, o valor permanece registrado para seu efetivo equacionamento. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos
A Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, alterou a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. A demonstração do Item VII do Anexo "B" da Resolução nº 8 - "Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios" foi alterada para "Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios". Os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparabilidade, também foram por nós auditados, e em nossa opinião foram corretamente apresentados.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S RJ
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S RJ
CNAI N° 539
Sócio - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial levando em 31 de dezembro de 2013, bem como as respectivas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo de 2013.
Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e á vista do Parecer dos Auditores - UHY Moreira Auditores e do Parecer Atuarial emitido pela a atuária Maria da Fé da Costa Pinto - MIBA nº 745, da Consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda, o Conselho é de opinião que os atos dos administradores por ele examinados, demonstram que os administradores têm se emprenhado em desenvolver uma cultura que enfatiza a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos.
Observa-se que as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial, de resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2013, pelo que recomenda a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2014.

ALCIMAR PEREIRA BATISTA
Titular Eleito
Presidente em exercício

CLAUDIO DAMASCENO RAPOSO
Titular Indicado

VANIA CONCEIÇÃO DORNELLAS BUCHMULLER
Titular Indicado

VALÉRIA ALENCAR LINHARES SIMÕES
Suplente Indicado

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada e por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios, as Notas Explicativas, o Parecer Atuarial, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resolvem aprovar o Balanço Patrimonial do FioPrev.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014.

MARIA AMÁLIA MONTEIRO
PRESIDENTE

SÔNIA APARECIDA FREITAS DE PINHO
MEMBRO TITULAR

SUELI MARIA MOTTA CARDOSO
MEMBRO TITULAR

LUCIA HELENA DA SILVA
MEMBRO TITULAR